

PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS PERIFERIZADOS: ENTREMEIOS DE UMA REFLEXÃO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.678112526021>

Data de aceite: 25/02/2025

Cindy Rebouças Palmeira Leitão

Marcelino Santos Neto

PALAVRAS-CHAVE: Conectividade;
Acessibilidade; Segregação Socioespacial

PRODUCTION OF PERIPHERALIZED URBAN SPACES: INTERESTS OF A REFLECTION

ABSTRACT: In this study, we will discuss the concepts of peripheral segregation and its relationship with urban accessibility in order to understand the construction of this formation. This will provide deeper reflections on the issue, making the importance of this topic more evident, since it is a social, economic and political problem. The contemporary urban space of capitalist cities is characterized by an urban fabric that resembles an irregular and fragmented mosaic, where different areas present morphological, social and economic variations. Coexisting with spatial segregation, where different social groups, often based on economic, racial or cultural criteria, live separated in distinct areas within a city or region. In spatial segregation, the State plays its role in the dialogue between sectors and in promoting a solution to alleviate the physical separation of different social groups within an urban area or region.

KEYWORDS: Connectivity; Accessibility; Socio-spatial Segregation

RESUMO: No estudo em tela discutiremos os conceitos sobre a segregação periférica e suas relações com a acessibilidade urbana, a fim de compreender a construção desta formação. Com isso, serão aprofundadas reflexões sobre a problemática, deixando mais evidente a importância deste tema, por tratar-se de um problema de cunho social, econômico e político. O espaço urbano contemporâneo das cidades capitalistas se caracteriza um tecido urbano que se assemelha a um mosaico irregular e fragmentado, onde diferentes áreas apresentam variações morfológicas, sociais e econômicas. Coexistindo com uma segregação espacial, onde diferentes grupos sociais, muitas vezes baseados em critérios econômicos, raciais ou culturais, vivem separados em áreas distintas dentro de uma cidade ou região. Na segregação espacial, o Estado entra com seu papel no diálogo entre os setores e fomentação da solução para amenizar a separação física de grupos sociais diferentes dentro de uma área urbana ou região.

INTRODUÇÃO

A produção de espaços urbanos segregados periféricamente

A produção de espaços urbanos se estabelece com a ação do homem ou de quaisquer agentes sociais que estejam dispostos a estabelecer ocupação de um território ou tenham interesses e estratégias espaciais concretas, podendo gerar conflitos ou não, entre eles mesmo (CORRÊA, 2018). Os agentes sociais, influenciadores de transformações espaciais, são considerados por Corrêa (2016), peças-chaves para a produção do espaço urbano, visto que, é através de suas ações que o espaço é construído em sua forma material e repleto de significados, sendo assim, eles são indispensáveis para o desenvolvimento da sociedade e dos processos espaciais. São eles: os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção, grupos sociais excluídos e o Estado. Em análise complementar, Villaça (1998) vê três fatores influenciadores na produção do espaço: o âmbito através do mercado imobiliário, o papel do Estado por conta da localização das obras de políticas públicas e legislação referente a urbanização, e a ideologia que pode ser dominante na aceitação das duas condições anteriores.

Esses espaços se moldam de acordo com a organização territorial da sociedade, em função da cultura, economia e política que passa por alterações de acordo com os cenários de cada temporalidade. Para Souza (2013), estes têm seu ordenamento modificado continuamente e isso diz respeito aos processos de disposição de infraestrutura, de divisão espacial de trabalho e com os padrões de segregação e autosegregação. O espaço urbano contemporâneo das cidades capitalistas caracteriza-se por possuir um tecido urbano semelhante a um mosaico irregular e fragmentado, onde há espaços diferentes morfológicamente, socialmente e economicamente, que tem sua formação decorrente de vários processos históricos-espaciais aliados a ação de diferentes agentes (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, 2016, p. 07).

Assim, a ação desses agentes aliadas a essas demais condicionantes podem ter como decorrências a produção de espaços urbanos segregados. De acordo com Marques (2010), a segregação trata-se da “separação e ao isolamento espacial dos grupos sociais em áreas em parte homogêneas internamente, em termos dos atributos sociais de cada grupo”. Ela pode ser identificada pela aproximação física que possui entre distintas classes e grupos sociais, em áreas específicas do meio urbano, logo é uma conformação manifestada espacialmente no tecido urbano em decorrência dos desequilíbrios ocasionados pela desigualdade, acarretando a desproporcional oferta de oportunidades que permeiam em algumas áreas da cidade. No contexto socioeconômico, Harvey (2004) delimita a que a segregação é fruto do sistema capitalista, por conta a distinção social que se torna visível no espaço geográfico desigual. Com o mesmo entendimento, os estudos de Harris (1984), dão base para essa perspectiva apontando há um reforço dessa conformação com a distinção

do local de trabalho e local de residência. Dessa maneira, a cidade pode ser compreendida a partir da divisão econômica e da social dos espaços.

DESENVOLVIMENTO

Divisão social e econômica dos espaços urbanos

A divisão econômica espacial, é estabelecida com a setorização de atividades econômicas, como áreas fabris, terminais de transportes, áreas comerciais hierarquizadas entre outras, nas quais originam a áreas econômicas distintas no solo urbano. Enquanto isso, as áreas sociais distintas, são esclarecidas por essa divisão social do espaço urbano que se caracteriza por profunda homogeneidade interna e heterogeneidade entre essas áreas. O conteúdo interno da homogeneidade, pode ser determinado por vários atributos, como, a renda, a ocupação, a qualidade de habitação, a etnia, a religião, entre outros (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, 2016, p. 08). Neste caso, a segregação mostra à maneira como diferentes grupos estão localizados no espaço com base em seu status socioeconômico, com grupos definidos com base na educação, desemprego, raça, idade ou níveis de renda (SANTOS, et al, 2021).

Diante disso, entende-se que dentro dos processos de urbanização das cidades, a diferenciação social sempre esteve presente aliado a divisão territorial e social do trabalho (SPOSITO, 2018). Contudo, é evidente que na sociedade capitalista, onde existe a livre troca de bens e serviços, a divisão é prevista. Porém, essa divisão se estabelece desigualmente no processo urbano, devido as articulações, manobras e lógicas que permeiam o sistema econômico, moldando assim, uma sociedade desigual. Por esse ângulo, a desigualdade social está expressa no solo urbano e com isso, está profundamente conectada com a segregação socioespacial, uma vez que, o processo de dominação social se reflete na realidade das cidades (VILLAÇA, 2001). Nas cidades brasileiras, a desigualdade social acarreta efeitos profundos para a estrutura urbana das cidades. Assim, a segregação pode ser identificada espacialmente, com áreas de grande abundância de recursos e infraestrutura próximas ou distantes de áreas de grande miséria (VILLAÇA, 2001; VASCONCELOS, 2016, p. 19).

A lógica da segregação foi conceituada por alguns pesquisadores, que adotaram modelos que foram identificados para explicar a configuração da mesma, sendo eles, centro-periferia, concêntrico e setores. Esses modelos que compreendem a forma da segregação, foram estudados em momentos distintos. O primeiro modelo citado, centro-periferia, foi exibido nas cidades europeias em 1841 pelo geógrafo alemão J.G Kohl no qual foi o pioneiro nessa identificação, que concluiu, que na parte central, local que era dotado com as melhores infraestruturas, equipamentos governamentais, áreas de lazer e com os edifícios mais importantes, residiam a elite que pagavam altos preços nas terras

para usufruir das vantagens locais. À medida que se distancia geograficamente do centro em direção a periferia, as amenidades diminuem, a acessibilidade ao centro também e conseqüentemente, o preço da terra (BERRY, 1971 apud CORRÊA, 2016, p.45). Esse modelo esclarece que na área mais privilegiada e provida de benefícios como a maior oferta de serviços públicos e privados, é a área central, enquanto seu oposto, ou seja, área periférica, é menos favorecida de serviços e infraestrutura, e há permanência da classe de baixa renda (VILLAÇA, 2001).

Sobre isso, Santos (2012) entende que os conflitos sociais, como a segregação, existem como um dos resultados das conexões fracas que existem no tecido urbano, que por sua vez, favorecem apenas a centralidade da cidade, que obtém o nó principal do sistema viário. O modelo concêntrico, baseia-se na teoria das zonas concêntricas. Este é explorado por Ernest Burgess na primeira Escola de Chicago, onde apoia-se em cinco zonas radiais concêntricas que crescem em volta do centro e além disso, cada zona possui características específicas (FREITAS, 2002). Desta forma existe a zona central de negócios, zona de transição (que fica ao redor do núcleo central), zona de residências da classe trabalhadora, de residência da classe média e zona dos comutadores (que seria a periferia da cidade). Burgess (1974) explicou que na cidade de Chicago, a população com alto poder aquisitivo se descolou do centro tradicional e essa zona central passou a ser habitada pelos imigrantes, além disso, a medida que os arcos em volta do centro se afastaram, progressivamente, habitaram as populações com alto status social (apud CORRÊA, 2016, p.47).

Então, baseado nessa progressão de camadas sociais, Freitas (2002) exemplificou que, assim como a zona próxima ao centro comercial era dotada de camadas mais pobres, as proximidades do centro da cidade do Rio de Janeiro, dispõe de bairros e áreas de menor faixa de renda. Logo, como a zona mais afastada do centro (de acordo com o modelo) era reconhecida por abranger residências com alto status social, em muitas capitais brasileiras, é possível encontrar tal existência, com o estabelecimento de empreendimento no modelo de Alphaville. Explicando as razões dessa substituição de localizações, Alonso (1964, apud CORRÊA, 2016, p. 47) desenvolve que a migração dos pobres para o centro comercial era definida pela busca de residir próximo ao mercado de trabalho e, em contrapartida, os que possuíam renda maior tinham a possibilidade de morar em locais menos densos e mais afastados, por possuir melhor acessibilidade.

Desse modo, com abandono do centro pela elite, Yujnovsky (1971, apud CORRÊA, 2016, p. 47-50) ressalta que, os prédios coloniais e do século XIX foram ocupados pelos imigrantes, não tinham condições de mantê-los em boas condições morfológicas, sendo assim, logo se deterioraram e se transformaram em cortiços caracterizando em uma zona de obsolescência. O modelo de setores, foi estudado em 1939 por Homer Hoyt, que basicamente ditou que a organização do território urbana era estabelecida por uma segregação dívida em diferentes setores. Então nos setores que a população de alto status

social ocupava, era composto com amenidades naturais, ficavam próximos a eixos de circulação rápida e não possuíam barreiras físicas, o que propiciava a expansão urbana (CORRÊA, 2016). Acerca dessa expansão, Correia (2016) enfatiza que ela pode ser constatada com maior intensidade, após a difusão do automóvel. Pois, foram nos setores de alto privilégio social, em que houve as maiores concentrações de iniciativas do setor público e privado, com o investimento do setor imobiliário, e instalação de equipamentos privados e públicos, como shoppings centers, vias expressas e condomínios exclusivos. Assim, essas teorias, apresentam processos de conformações urbanas, que abordam padrões de ocupação territorial. Desse modo, esses modelos deram suporte para o estudo do espaço urbano, mas devido a sua defasagem de tempo, não explicam de maneira simplificada os processos urbanos atuais. No entanto, essas diferentes contribuições para o assunto, podem se complementar na compreensão da conformação da segregação socioespacial contemporânea. Sobre isso, no âmbito brasileiro, Villaça (2001) compreende que, a segregação socioespacial das cidades de grande e médio porte pode ser melhor esclarecida através da abordagem dos setores de círculos.

Nessa teoria, fundamentada nos modelos anteriores, o autor explica que há uma concentração da população de classe rentável mais privilegiada em determinadas localizações urbanas, seguindo o sentido radial que parte da área central. E ainda ressalta que, em determinados setores urbanos existe uma presença exclusiva da população de alta renda, mas isso não é um fator limitador para que a situação não aconteça de maneira inversa. Ou seja, pode existir a presença da população de classe baixa em áreas 30 de classe mais alta e conseqüente disso, essa população pode habitar e se desenvolver em um ritmo mais acelerado do que o comum. Por outro lado, contrariando o modelo centro periferia, que previa que as camadas de alta renda ocupariam apenas as terras mais caras; no Brasil, novas dinâmicas de segregação oposta a esse modelo também ganharam espaço. Uma vez que, a população de alto poder aquisitivo também habita nas terras com preço mais barato, localizadas na periferia, como por exemplo, o Alphaville ou a Granja Viana, que é conhecida por ser um distrito nobre, dentro da Região Metropolitana de São Paulo.

Nesse sentido, nota-se, que quando a classe mais abastada passa a ocupar as franjas periféricas, o caso de segregação não se torna inexistente, pois a construção isolada vira a única opção, através de condomínios fechados, redes de segurança elétrica, muros altos favorecendo assim o isolamento da classe com justificativa na segurança (VILLAÇA, 2001). Contudo, na maior parte dos casos, o processo de segregação socioespacial envolve a lógica de produção do espaço, sob a lógica da separação e da distinção de espaços convívio de pessoas. Com isso, compreender o processo de urbanização do ambiente segregado auxilia na descoberta das circunstâncias e motivos da segregação. Sposito (2018) ressalta que a conformação mais comum da segregação socioespacial se dá pela autosegregação dos mais favorecidos economicamente, deixando evidente a problematização das desigualdades e impossibilitando o diálogo do Estado.

CONCLUSÃO

A segregação é uma consequência do sistema capitalista, visível na distinção espacial entre áreas de trabalho e residência. A cidade é dividida economicamente e socialmente, com zonas homogêneas internamente e heterogêneas entre si. A ação do Estado é imprescindível para amenizar as consequências trazidas pela segregação e gerenciar um ambiente adequado para todos, sem investimentos tendenciosos que beneficiam mais uma classe que a outra.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e o espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2016, p. 39-59.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2018, p. 123-145.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

HARRIS, R. Residential Segregation and Class Formation in the Capitalist City: a Review and Directions for Research. *Progress in Human Geography*, v. 8, n. 1, p. 26-48, 1984.

HARVEY, David. Espaços de esperança. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004.

MARQUES, Eduardo. Redes Sociais Segregação e Pobreza. São Paulo: Unesp, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Maria Isabel; et al. Urban income segregation and homicides: An analysis using Brazilian cities selected by the Salubral Project. *Population Health*, v.14, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2021.100819>

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades sociais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2018. p. 123 - 146.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. Introdução. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs). A cidade contemporânea: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2016, p. 7-15.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____, Flávio. Espaço intraurbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.